



## PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA

**Projeto de Lei nº 179/2025**

**Assunto:** Altera dispositivos da Lei nº 4.301/2024.

**Autoria:** A Mesa.

**Senhor Presidente.**

Pretende o presente Projeto de Lei alterar dispositivos da Lei nº 4.301/2024, de forma a alterar os valores a serem pagos aos servidores que vierem a ocupar Funções Gratificadas, procurando garantir maior economicidade ao erário.

Em análise do Projeto de Resolução em testilha, verifica-se a observância dos requisitos legais à sua apresentação, já que se trata de matéria privativa da Câmara.

A proposta se afigura revestida das condições legalidade e constitucionalidade, pelo que opino favoravelmente ao seu prosseguimento, com a nomeação de Relator Especial à matéria, na forma do art. 191 do Regimento Interno.

Santana de Parnaíba, 31 de janeiro de 2025.

  
**Celso Marcondes**  
**Procurador Jurídico**





## DESPACHO

**PROJETO DE LEI N.º 179/2025.**

**ASSUNTO:** Altera dispositivos da Lei nº 4.301/2024.

**AUTORIA:** A Mesa.

Tendo em vista a urgência da matéria aqui tratada, nomeio Relator Especial ao Projeto de Lei nº 179/2025 o Vereador **Josildo Ribeiro**, com base no disposto no art. 191 do Regimento Interno.

Santana de Parnaíba, 31 de janeiro de 2025.

  
**JOSÉ HUGO DA SILVA**  
**(HUGO SILVA)**  
**Presidente**



**PARECER DO RELATOR ESPECIAL**

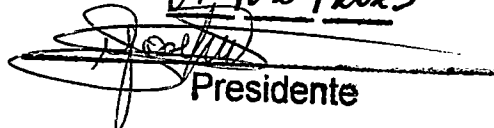
**Projeto de Lei nº 179/2025**

**Assunto:** Altera dispositivos da Lei nº 4.301/2024.

**Autoria:** A Mesa.

**APROVADO** em Única Discussão/Votação

04/10/2025

  
Presidente

**Senhor Presidente.**

**Senhoras Vereadoras e Vereadores.**

O presente Parecer tende a suprir a falta de Parecer das Comissões Permanentes, por nomeação da Presidência deste Legislativo, conforme dispõe o Art. 191 do Regimento Interno, dada a urgência e pertinência da matéria tratada na presente propositura.

Pretende o presente Projeto de Lei alterar dispositivos da Lei nº 4.301/2024, de forma a alterar os valores a serem pagos aos servidores que vierem a ocupar Funções Gratificadas, procurando garantir maior economicidade ao erário.

É o relatório.

**I. CONCLUSÃO**

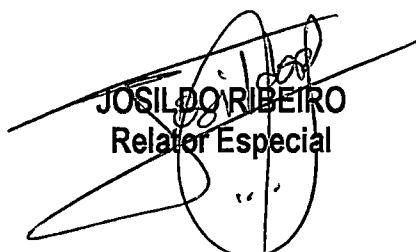
Em análise do Projeto de Lei em testilha, verifica-se a observância dos requisitos legais à sua apresentação, já que se trata de matéria privativa da Câmara.

Sua redação está correta e lógica.

**II. VOTO**

Diante do exposto, do ponto de vista jurídico, constitucional, redacional e de mérito, não existe óbice para apreciação pelo Colendo Plenário do Projeto de Lei em testilha, que para sua aprovação depende do voto favorável da maioria simples dos Vereadores presentes à Sessão, em única discussão e votação, a teor do disposto no art. 41, § 4º da Lei Orgânica do Município.

Plenário Antônio Branco, 3 de fevereiro de 2025.

  
**JOSILDO RIBEIRO**  
Relator Especial

